

**Três grandes**

Metade da receita com os aeroportos do País vai a leilão
Pág.B11

Novo perfil

Dívida externa que vence em até um ano caiu 32% em 2011
Pág.B9

Efeitos da seca e do frio

Quebra da safra eleva preço da soja e do milho em 10%, e do trigo em 17%
Pág.B8

Economia

& NEGÓCIOS

estadão.com.br



Governo prepara MPs que garantirão imposto menor para setor que inovar

Iuri Dantas / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff prepara quatro medidas provisórias que vão estabelecer Regimes Tributários Especiais (RTE) para facilitar a importação de máquinas para produção, no Brasil, de equipamentos de alto conteúdo tecnológico nas áreas de semicondutores, TV digital, telecomunicações e computadores pessoais.

O objetivo do governo ao cobrar menos imposto na aquisição de máquinas é fazer com que a indústria consiga fabricar produtos melhores e mais avançados gastando menor número de horas, o que aumenta a competitividade. A desoneração vai focar mercadorias que não estão disponíveis no mercado brasileiro, justamente para dotar a indústria local dessas tecnologias.

“Muitas vezes o setor industrial reclama do câmbio, de tributos, mas tem um dever de casa que precisa ser feito. Estamos perdendo produtividade há 10 anos”, avaliou Mauro Borges Lemos, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e um dos formuladores da política industrial do governo, lançada em agosto do ano passado.

As medidas fazem parte de um processo de ampliação e revisão dessa política. Apesar do otimismo do governo, ainda há dúvidas sobre a eficácia do pacote. Algumas ações comemoradas inicialmente, como a desoneração da folha de pagamento, acabaram provocando insatisfação em setores que foram contemplados.

A demora na regulamentação do programa que prevê a devolução às empresas de 3% do valor exportado em manufaturados também foi alvo de críticas.

Com os novos RTEs, o governo espera incentivar um salto tecnológico, que não foi alcançado quando foram dados os primeiros incentivos aos setores de semicondutores e TV digital, em 2007. Essa também é a ideia que está por trás do novo regime automotivo, ainda em gestação. Com as novas regras, o governo aposta na fabricação de automóveis com maior conteúdo tecnológico no País.

Bancos. O governo também quer deslançar agora medidas que não saíram do papel. Uma delas envolve os bancos públicos. O núcleo mais próximo à presidente tenta “harmonizar” as políticas de financiamento dessas instituições. O objetivo é fazer com que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil, por exemplo, atuem como coadjuvantes da política industrial. O governo quer aumentar a tecnologia dos produtos fabricados no Brasil e o conteúdo local de equipamentos comprados com o dinheiro subsidiado desses bancos.

As medidas provisórias passaram pelo chamado “espancamento” de ideias “à nona casa decimal” pela equipe de gestores da Casa Civil, com o objetivo de checar possíveis defeitos e antecipar problemas na execução dos programas.

Desafio da política industrial de Dilma é manter estabilidade
Pág. B4

HYUNDAI NEW THINKING.
NEW POSSIBILITIES.

VERACRUZ

POTÊNCIA, LUXO, QUALIDADE
E TECNOLOGIA QUE FAZEM A DIFERENÇA.



CÂMBIO COM MAIOR ELASTICIDADE GERANDO MAIOR AUTONOMIA E MAIS ECONOMIA. EXCLUSIVO CÂMBIO AISIN COM 6ª MARCHA.



MAIS POTÊNCIA. MOTOR 3.8 V6 24V CVT REDIMENSIONADO PARA MÁXIMA PERFORMANCE.



10 AIR BAGS, 7 LUGARES, EXCLUSIVA TERCEIRA FILEIRA DE BAIXOS. 3 MEMÓRIAS DE POSIÇÃO PARA RETROVISORES, DIREÇÃO E BANCOS ELÉTRICOS DE COURO PREMIUM.



TETO SOLAR ELÉTRICO PANORÂMICO.



SISTEMA DE SOM INFINITY (JBL) COM DISQUETEIRA PARA 6 CDS, 8 ALTO-FALANTES E SUBWOOFER. CONTROLE DE SOM NO VOLANTE.



SUSPENSÃO AUTONIVELANTE SELF LEVELIZER. MAIS SILENCIOSO E MAIS MACIO.



SENSORES DE ESTACIONAMENTO E LANTERNAS TRASEIRAS COM LED.



A DIREÇÃO SOBE E DESCE ELETRICAMENTE PARA FACILITAR A ENTRADA E SAÍDA DO MOTORISTA.

PILOTO AUTOMÁTICO CRUISE CONTROL COM 4 TECLAS DE COMANDO ELÉTRICO NA DIREÇÃO.

Alguns equipamentos descritos nas fotos e nos textos são opcionais e podem ou não estar disponíveis na versão apresentada neste anúncio. Consulte o distribuidor.

ESTAREMOS ABERTOS **EXCEPCIONALMENTE** NESTE DOMINGO ATÉ AS 19H.



www.hyundai-motor.com.br DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS: 0800 55 95 45

Cinto de segurança salva vidas.

Gabardo Transportadora exclusiva até 31/8/2029
(11) 4343-3000 - (81) 3373-3000



Desafio da política industrial de Dilma é driblar a crise mantendo estabilidade

Plano Brasil Maior também quer impedir que países ricos 'matem' a indústria nacional com uma enxurrada de produtos industrializados

ALBERTO CESAR ARAUJO/AE-12/8/2010



Lista. Área de TV digital está entre as beneficiadas

Iuri Dantas / BRASÍLIA

A crise financeira internacional exige do governo federal um conjunto de medidas para manter a estabilidade econômica e impedir que o excedente de produtos manufaturados dos países desenvolvidos venha "matar" a indústria nacional. São essas duas linhas que vão pautar a atuação estatal nos próximos anos, segundo o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Mauro Borges Lemos.

"O governo toma ações e isso influencia a economia", afirmou o economista, um dos formuladores do Plano Brasil Maior, a política industrial do governo Dilma Rousseff. "Vivemos uma crise mundial muito aguda e fizemos duas apostas: garantir a estabilidade e não deixar a crise matar a indústria nacional."

O diagnóstico do parque industrial brasileiro traçado pela ABDI expõe diferenças profundas entre alguns setores.

Há, hoje, um hiato entre a produtividade nacional e as melho-

PLANO BRASIL MAIOR

● Novas medidas

Governo prepara lançamento da segunda fase do Plano Brasil Maior, a política industrial da presidente Dilma Rousseff.

Regimes Tributários Especiais - Por meio de quatro Medidas Provisórias (MPs), o Planalto vai conceder benefícios fiscais para:

1. Indústria de semicondutores
2. Indústria de equipamentos para TV digital
3. Indústria de telecomunicações (envolvidas com o Plano Nacional de Banda Larga)
4. Indústria de computadores

● Medidas em revisão

Governo vai aproveitar para reestruturar dois regimes que já estão em vigor:

res práticas internacionais. As mais eficientes indústrias do mundo fabricam produtos muito superiores a aqueles carimbados com "made in Brazil".

1. Repetro Regime aduaneiro especial para importação de bens para exploração e produção de petróleo e gás, com foco nas compras de operadoras offshore

2. Repeg Regime para empresas fornecedoras na cadeia de petróleo e gás que não são contempladas pelo Repetro

● Medidas em vigor

Desoneração Corte de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de capital, materiais de construção e caminhões até dezembro de 2012

Reintegra Devolução em dinheiro ou crédito

O País possui dois extremos, na visão da agência. No setor básico, há indústrias de alto valor agregado no agronegócio, como frigoríficos e suco de la-

tributário para exportadores equivalente a no máximo 3% do valor das mercadorias vendidas ao exterior

Folha de pagamento Substituição da contribuição patronal sobre a folha de pagamento por uma alíquota cobrada no faturamento de empresas de setores específicos, como experiência-piloto

Proteção Aumento do imposto de importação para até cem produtos indicados pela indústria, em conjunto com os sócios do Mercosul

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ranja. Na outra ponta, estão os setores de petróleo, gás, aeronaves e cosméticos, com empresas líderes de mercado.

A tarefa do governo é auxiliar

os setores localizados entre essas duas extremidades. "O meio da indústria está perdendo feio", afirmou Lemos.

O Plano Brasil Maior, lançado no ano passado, tem como objetivo facilitar a sobrevivência desses setores mais expostos, como por exemplo, celulose, mobiliário, farmacêutico, de borracha e produtos químicos e outros. Um forte empurrão estatal para isso serão as compras públicas.

Segundo Lemos, o governo deve finalizar nos próximos dias as margens de preferência nas aquisições governamentais de fármacos, para permitir que hospitais públicos possam pagar um pouco a mais para comprar remédios fabricados no Brasil. Medida semelhante já está em vigor para a indústria de defesa e produtos têxteis, e outros setores serão beneficiados em breve.

Estagnação. Apesar de o governo tomar medidas sempre pleiteadas pelos industriais, como ações para impedir a sobrevalorização da moeda brasileira - o que encarece o produto

nacional lá fora - e os cortes na taxa de juros, a produção industrial patinou no ano passado, expandindo apenas 0,3% em relação a 2010.

Mas, na avaliação do governo, o movimento não tem relação com o câmbio ou problemas estruturais do País. Segundo o presidente da ABDI, a principal causa para isso foi o excesso de euforia dos próprios empresários com o forte crescimento econômico de 2010. Eles elevaram os estoques na expectativa de que o desempenho da economia se repetiria no ano passado.

A desaceleração do consumo das famílias no País acabou surpreendendo os empresários, que ainda precisaram enfrentar o encolhimento nas compras dos países da União Europeia e dos Estados Unidos - os dois maiores mercados dos produtos brasileiros - por causa da crise da dívida internacional.

Na avaliação da ABDI, a economia mundial vai demorar a apresentar crescimento. Por isso, algumas medidas em estudo pelo governo trabalham com o cenário pós-2013.

3,0% É a porcentagem que o **Plano Brasil Maior** prevê devolver às empresas do **valor** exportado em manufaturados quando o programa for **regulamentado**

* **Cenário: Iuri Dantas**

Primeiro passo para que indústria avance já foi dado

A crise econômica mundial, que começou "oficialmente" com a quebra de um conglomerado financeiro de investimentos, o banco Lehman Brothers,

ultrapassou as bolsas de valores, os bancos e as finanças para aterrissar na indústria. O baque econômico das grandes economias cortou o número de consumidores, e as indústrias desses países, que precisam continuar produzindo, não encontram mais consumidores na esquina. Por isso, precisam exportar para os países emergentes.

O grupo das nações em desenvolvimento, que sanearam os setores bancário e financeiro nas crises dos anos 90, ainda continua crescendo a partir do próprio umbigo: por serem países de renda mais baixa, precisam incluir boa parte de suas populações no mercado, erigindo novos mercados de consumo que se tornaram o oásis para os indus-

trias do Atlântico Norte. As empresas desses países são mais eficientes, mais competitivas.

Tinham acesso a crédito mais barato e passaram décadas vendendo mercadorias de alto conteúdo tecnológico aos consumidores dos países mais pobres, que em troca exportavam produtos básicos. Hoje, enfrentam o que o jargão econômico classifica de excesso de capacidade instalada: produzem de mais para consumidores de menos.

O Brasil passou por movimento diferente. A duras penas conquistou a estabilidade macroeconômica, debelou a inflação e começou a distribuir renda com políticas sociais e salário mínimo mais polpudo. A crise de 2008 foi a primeira turbulência

internacional navegada pelo País sem complicações nas contas externas. O Brasil hoje possui uma nova classe média, um novo contingente de milhões de consumidores.

Têm-se o quadro: indústrias dos países desenvolvidos com produtos avançados e sem consumidores. O mercado brasileiro formado por uma classe média consumidora, mas sem uma indústria moderna e avançada. O plano do governo Dilma Rousseff é unir as duas coisas: usar o mercado doméstico para impulsionar o avanço da indústria. O primeiro passo foi deslocar a taxa de juros em direção a um número racional. Agora, é a vez das medidas industriais.

Eletronorte

Eletronorte Chesf

Eletronorte

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

CHAMADA PÚBLICA

Leilão de Transmissão 02/2012 ANEEL

A Eletronorte Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Eletronorte Chesf - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, empresas controladas da Eletronorte, tornam pública sua intenção de constituir parceria com empresa(s) privada(s) para, em forma de consórcio, participar no Leilão ANEEL 02/2012, e, em caso de sucesso no certame, com fundamento no § 1º art. 15 da Lei 3890-A/61, constituir Sociedade de Propósito Específico - SPE.

Informações adicionais estão à disposição no site www.eletronorte.gov.br, devendo os interessados se manifestar conforme instruções ali contidas até o dia 10/02/2012. Contatos poderão ser feitos pelo e-mail leilao@transmissao@eletronorte.gov.br.

SESI

AVISO DE LICITAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
Departamento Regional de São Paulo

CONCORRÊNCIA Nº 005/2012
Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de construção de quadra poliesportiva coberta e vestiários na Escola Sesi do Município de Catanduva-SP.
Retirada do edital: a partir de 06/02/2012.
Entrega dos envelopes: até as 13h45 do dia 12/03/2012.
Abertura às 14h00.

Retirada de edital:
Na Avenida Paulista, nº 1313, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP.
Gerência de Controle Legal e Licitações de Obras - GCL
e-mail: licitaobras@sesisnaisp.org.br
www.sesisp.org.br